

Maioria da população nem sabe

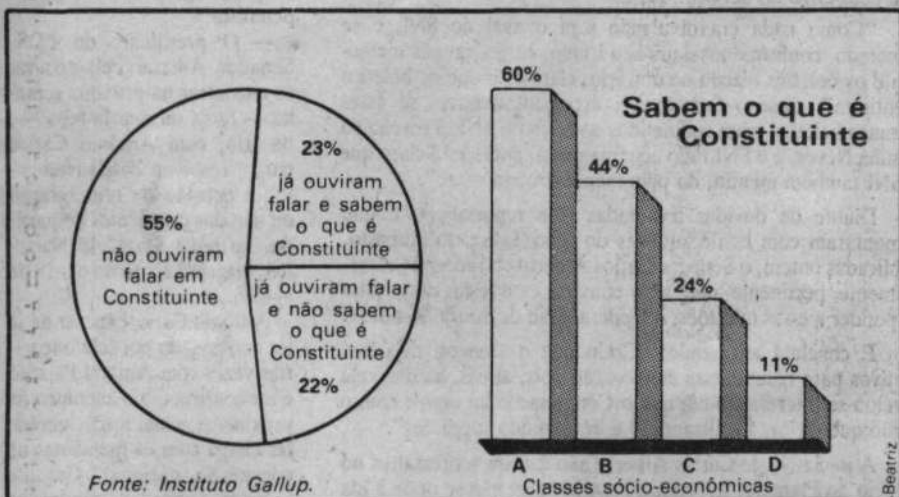
São Paulo — Em cada grupo de 100 brasileiros, 77 não têm informação adequada sobre a Assembléia Nacional Constituinte: 55 nunca ouviram falar nela e 22 não sabem o que ela significa. Apenas 23% da população adulta residente em áreas urbanas sabem precisamente o que é e o que significa a Constituinte. Destes 23%, nove entre 10 pessoas são a favor de sua convocação e a maioria acha que ela pode ajudar a resolver os problemas nacionais.

Este é o principal resultado de uma pesquisa feita entre os dias 25 de maio e 9 de junho pelo Instituto Gallup de Opinião Pública que entrevistou 2 mil 740 pessoas em todo o País. O Gallup descobriu também que, à medida que se reduzem os níveis sócio-econômico e de instrução, decresce também o conhecimento sobre a Constituinte: entre os entrevistados de menor nível de renda somente 11% conhecem o assunto enquanto que

entre os consultados com apenas instrução primária o índice cai para 9%.

O nível de informação é maior na Região Sudeste, onde 26% da população urbana estão informados sobre o assunto. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o índice é 22%. No Sul, apenas 19% da população urbana já ouviram falar em Constituinte.

Entre os 23% da população brasileira a par do assunto, há um alto índice a favor de sua convocação: nove em cada 10 pessoas. Esta posição é semelhante em todos os níveis sócio-econômicos e em todas as regiões do País. Considerando-se apenas as pessoas informadas, 42% acreditam que uma Assembléia Nacional Constituinte vai ajudar muito a resolver os atuais problemas nacionais; 39%, que vai ajudar um pouco; 7% acham que não vai ajudar; e 12% não têm opinião formada a respeito.



Sarney só aceita mudar a data

Brasília — A Assembléia Nacional Constituinte deverá ser instalada a 30 de janeiro de 1987, para não se confundir com a instalação do Congresso ordinário, que constitucionalmente tem de iniciar a sessão legislativa a 1º de fevereiro. Essa antecipação de dois dias será a única alteração, em relação à minuta do texto divulgada anteontem, na mensagem que o Presidente José Sarney enviará hoje ao Congresso propondo a convocação da Constituinte.

A mensagem será assinada pelo Presidente às 11h, no Palácio do Planalto, em solenidade que contará com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara, de todos os ministros de Estado e dos líderes de todos os partidos, à exceção do PDS — que, embora convidados, decidiram não comparecer. Também foram convidados os constituintes de 1946.

Ontem, ao longo de todo o dia, negociou-se muito sobre as alterações anunciadas pelo presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, no texto da mensagem presidencial. Pela manhã, um assessor do palácio admitia a exclusão do artigo 2º, que explicita a soberania da Constituinte para inclusive abolir a República e a Federação, considerado desnecessário porque o artigo 1º já diz que a Assembléia será "livre e soberana".

Debateu-se também o artigo 4º, que determina a discussão da Nova Constituição em dois turnos, para ambos exigindo-se quorum de maioria absoluta (metade mais um) dos membros da Constituinte para sua aprovação. Ulysses — refletindo o desejo da maioria do Congresso — sugeriu a maioria simples no

primeiro turno e absoluta no segundo, para agilizar os trabalhos.

Outra sugestão discutida foi a de entregar a direção dos trabalhos de instalação da Constituinte ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e não ao presidente do Supremo Tribunal Federal, mas logo foi abandonada.

Em São Paulo — onde estava para assistir à entrega do Troféu Juca Pato ao intelectual do ano, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) —, membro influente do Governo convenceu Sarney a manter, ao máximo, o texto já divulgado. A decisão foi ratificada em conversas do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, com os líderes partidários da Aliança Democrática.

Fernando Lyra considerou o texto redigido pelo assessor especial de Sarney, Célio Borja, "enxuto" e lembrou que todas as alterações sugeridas poderão ser feitas pelo Congresso, mediante emendas. "O Congresso também é soberano", lembrou o Ministro da Justiça.

O líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), confirmou que não haverá outras modificações além da antecipação da data de instalação da Constituinte, "salvo um ou outro detalhe de redação".

Se o Congresso não introduzir modificações na convocação, a Constituinte será instalada no dia 30 de janeiro e imediatamente elegerá seu presidente, sob a direção do presidente do STF. No dia seguinte, haverá as sessões preparatórias na Câmara e no Senado, que se instalarão no dia seguinte e elegerão seus presidentes. Evitar que essas três eleições se realizem no mesmo dia é o objetivo da alteração que o Governo propôs para a instalação da Constituinte.

OAB discorda do projeto oficial

Brasília — A ordem dos Advogados do Brasil é inteiramente contra o anteprojeto de convocação da Assembléia Nacional Constituinte que o Governo apresenta hoje e, por duas vezes, tentou dizer isso ao Presidente da República, sem conseguir marcar uma audiência. Em telefonemas a partir do dia 12 e em telegramas de 20 e 24 deste mês, o presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta, pediu que o Ministro José Hugo Castelo Branco, Chefe do Gabinete Civil, marcasse essa audiência, mas foi inútil.

A última tentativa de a OAB fazer o Presidente da República conhecer sua posição foi feita ontem, quando Hermann Baeta levou ao Ministério da Justiça e entregou ao secretário-geral, José Paulo Cavalcante Filho, um documento de quatro páginas, em que o órgão se diz contra a transformação do Congresso a ser eleito em 1986 em Assembléia Constituinte. A OAB discorda também de que, elaborada a nova Constituição, esses parlamentares mantenham seus mandatos de deputados e senadores.

Baianos lançam campanha dia 2

Salvador — A seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil está convocando a população da capital do Estado a participar da primeira grande manifestação de rua, que marcará o lançamento da campanha da Constituinte na Bahia. A concentração se realizará no largo do Campo Grande, no dia 2 de julho, data em que a Bahia comemora a sua vitória nas lutas de independência do domínio colonial de Portugal.

Dezenas de entidades políticas e comunitárias se engajaram ao lado da OAB-BA no trabalho de mobilização popular, iniciado ontem em todos os bairros da capital e no interior do Estado. O Governador João Durval prometeu à OAB toda a ajuda possível na montagem da infra-estrutura para a manifestação.

O documento considera também inaceitável a nomeação pelo Governo de uma comissão constitucional destinada a elaborar um anteprojeto de Constituição, mas considera conveniente que os partidos e outras entidades representativas da sociedade civil apresentem projetos próprios à Constituinte.

A exemplo do que prega o Partido dos Trabalhadores, a OAB quer que a Assembléia Constituinte seja eleita e instalada em janeiro ou fevereiro do próximo ano, mantendo-se o atual Congresso legislando ordinariamente, mas à distância dos trabalhos constituintes. Na elaboração da nova Constituição, a Assembléia Constituinte diria se o parlamento ainda seria bicameral e marcaria, ou não, eleições para renová-lo.

O principal argumento invocado por Hermann Baeta para essa tese é o de que a Constituinte precisa resolver problemas urgentes, como o modelo econômico nacional, as relações entre trabalhadores e patrões e os limites da segurança nacional.

O presidente da seccional baiana da OAB, Pedro Milton de Brito, afirmou que para o lançamento da campanha da Constituinte será convocada "toda a sociedade através de suas entidades representativas, sem nenhuma distinção política, ideológica, ou de qualquer outra ordem".

— Sei que alguns setores se arrepiam quando se defende a participação de todos. Mas, não há melhor oportunidade na vida de um país para que isso ocorra de fato, do que a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Essa é a hora de o Brasil demonstrar a correspondência entre o discurso político e a prática de seus cidadãos — afirmou o presidente da OAB-BA.

"PDS não sobe mais a rampa"

Brasília — Dos partidos de oposição, só o PDS não vai ao Palácio do Planalto para a cerimônia de assinatura da emenda convocatória da Constituinte. A Comissão Executiva do partido, reunida ontem, ratificou a posição defendida pelo líder do partido no Senado, Murilo Badaró (MG), e emitiu nota divulgando sua posição. "O PDS não sobe mais a rampa", dizia, em tom de brincadeira, o líder do partido na Câmara, Prisco Viana, depois da reunião.

— A Aliança Democrática está dando um caráter político ao fato, que poderia sugerir um comprometimento do partido — declarou o Senador Amaral Peixoto, presidente do PDS, ao justificar a decisão da Executiva. Em seguida, fez questão de ressaltar: "Se for convocado ao Palácio para discutir assunto de interesse nacional, como já disse várias vezes, irei. Mas a assinatura da emenda convocatória da Constituinte é só uma festa do Governo".

Na nota à imprensa, o PDS reitera o seu apoio à convocação da Assembléia Nacional Constituinte e justifica a sua ausência no Palácio com necessidade de "preservar sua liberdade para deliberar sobre as propostas de ato convocatório a serem submetidas ao Congresso Nacional. "O PDS decidiu também criar uma comissão especial para examinar, no âmbito interno, os problemas referentes à elaboração da nova Constituição.

Amaral queixou-se de que, como presidente do partido, não recebeu convite do Governo para participar da cerimônia de hoje. "Recebi um telegrama como antigo constituinte. Obviamente não posso aceitar o convite. Impossível dissociar o antigo constituinte do presidente do PDS."

E como presidente do partido, Amaral já marca posição contra a fixação na convocação de prazo para o funcionamento da Constituinte: "Não pode haver prazo para a Constituinte trabalhar. Ela, soberana, deve determinar isto e também a questão da participação ou não dos 23 senadores eleitos em 82."

O PT será representado pelo seu líder na Câmara Djalma Bom, que anunciou: levará ao Presidente projeto do PT de convocação da Constituinte, apresentado ontem na Câmara.

— Só vamos até lá para levar nosso projeto, que já quisemos apresentar ao Presidente e ele se recusou a nos atender. Vamos aproveitar a oportunidade — disse o Deputado José Genoíno, que não vai ao Palácio.

O líder do PDT, Nadyr Rosseti, diz que vai ao Palácio para atender ao convite "por gentileza e educação." Avisa que o partido já está trabalhando na sua emenda pró-diretas para presidente também em 1986, junto com a eleições de governadores e de constituintes.

Jurista aprova texto do Governo

Recife — Se o ato convocatório que lhe atribui a missão de elaborar uma nova Constituição já é um fato consumado, nada impede, do ponto de vista legal, que o Congresso a ser eleito em 1986 tenha poderes constituintes.

A conclusão é do professor de Direito Constitucional, Pinto Ferreira, autor de 143 obras sobre Ciência Jurídica, e responsável por um Código Eleitoral comentado. Para ele, "não há nenhum antagonismo em reunir Congresso e Constituinte, até porque existe uma convocação nova, e os representantes do povo serão eleitos exatamente para esse fim".

Pinto Ferreira, no entanto, antes que haja esse pleito, acha que é necessário rever algumas leis provenientes do período autoritário, como a de Imprensa e a de Segurança Nacional. Ele não admitiria apenas que o atual Congresso fosse transformado em Constituinte, porque não tem legitimidade para isso, não foi eleito com essa finalidade.

— Com o próximo, a situação se inverte. Ele terá função constituinte e será convocado para isso através do voto.

O que é Constituinte

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa